RESUMO
A inserção intencional de práticas ambientais na Educação Infantil configura-se como um alicerce estratégico para a construção de uma consciência ecológica desde os primeiros anos de escolarização. Ao promover experiências sensoriais e afetivas que aproximam a criança do ambiente natural, estimular comportamentos responsáveis e incentivar atitudes sustentáveis no cotidiano, a escola desempenha um papel ativo e transformador na formação de sujeitos críticos, empáticos e socialmente comprometidos. Mais do que transmitir conteúdos, trata-se de possibilitar vivências que integrem razão e sensibilidade, promovendo o cuidado com o planeta como um valor ético e pedagógico. Este artigo propõe uma análise aprofundada da relevância da educação ambiental na infância, destacando abordagens pedagógicas que se articulam ao cotidiano escolar, o papel do educador como mediador de experiências significativas, a importância do ambiente natural no desenvolvimento integral da criança e os desafios e possibilidades para a consolidação de uma cultura de sustentabilidade. Fundamentado em autores como Louv (2016), Carvalho (2006) e nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o texto convida à reflexão sobre os caminhos para uma educação voltada ao futuro, sustentada na valorização da vida, da natureza e das relações de cuidado que constituem a base para uma sociedade mais justa, sensível e ambientalmente responsável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental; Sustentabilidade; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT
The intentional inclusion of environmental practices in Early Childhood Education is a strategic foundation for building ecological awareness from the earliest years of schooling. By promoting sensory and emotional experiences that bring children closer to the natural environment, stimulating responsible behaviors, and encouraging sustainable attitudes in everyday life, schools play an active and transformative role in the formation of critical, empathetic, and socially committed individuals. More than just transmitting content, schools aim to provide experiences that integrate reason and sensitivity, promoting care for the planet as an ethical and pedagogical value. This article proposes an in-depth analysis of the relevance of environmental education in childhood, highlighting pedagogical approaches that are linked to everyday school life, the role of the educator as a mediator of meaningful experiences, the importance of the natural environment in the integral development of children, and the challenges and possibilities for consolidating a culture of sustainability. Based on authors such as Louv (2016), Carvalho (2006) and the guidelines of the National Common Curricular Base (BNCC), the text invites reflection on the paths towards an education focused on the future, sustained by the appreciation of life, nature and caring relationships that constitute the basis for a more just, sensitive and environmentally responsible society.

KEY-WORDS: Mathematical literacy; Interdisciplinarity; Mediator teacher

INTRODUÇÃO

Educar para o futuro pressupõe reconhecer a infância como um momento privilegiado para a formação de valores, atitudes e percepções que influenciarão as gerações vindouras. Em um contexto global marcado por crises ambientais e transformações climáticas aceleradas, a Educação Infantil destaca-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas orientadas à sustentabilidade e à preservação da vida. Ao conceber a criança como sujeito ativo, capaz de observar, questionar e intervir no mundo ao seu redor, a educação ambiental assume papel central e estruturante nas propostas curriculares contemporâneas.

A vivência direta com o ambiente natural, os cuidados com os recursos hídricos, a práti-

ca da separação e reutilização de materiais, bem como o respeito pela diversidade da vida são ações que podem e devem ser incorporadas à rotina pedagógica da Educação Infantil, favorecendo a construção de uma consciência ecológica desde os primeiros anos. Mais do que transmitir informações, a educação ambiental demanda o envolvimento afetivo da criança com o planeta, fomentando uma relação de pertencimento, cuidado e responsabilidade.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é imprescindível que a Educação Infantil promova experiências que valorizem, respeitem e preservem o meio ambiente (BRASIL, 2017, p. 41). Isso implica integrar saberes, práticas e sensibilidades por meio de projetos interativos, brincadeiras, contação de histórias e atividades de observação da natureza, favorecendo a interação ética, criativa e significativa com o mundo.

Este artigo propõe-se a aprofundar cinco eixos essenciais para pensar práticas ambientais na Educação Infantil: o despertar da consciência ecológica na infância; o papel do educador na mediação de experiências sustentáveis; o ambiente como espaço educativo e sensorial; as possibilidades do currículo ecológico; e os desafios e perspectivas para a educação em sustentabilidade. A intenção é refletir sobre caminhos viáveis, alicerçados em práticas concretas e fundamentações teóricas, para cultivar uma infância mais integrada à vida e comprometida com a construção de um futuro sustentável.

DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA NA INFÂNCIA

Desde os primeiros anos de vida, a criança demonstra uma sensibilidade singular ao ambiente que a cerca, manifestando-se por meio da curiosidade intensa, do encantamento diante da diversidade natural e do desejo espontâneo de explorar o mundo. Essas características intrínsecas à infância constituem um terreno fértil para o cultivo da consciência ecológica, que deve ser estimulada por meio de propostas pedagógicas intencionais e sensíveis, que valorizem e aproximem os pequenos da natureza de maneira concreta e significativa. O processo de formação dessa consciência não se dá por meio de explicações teóricas ou discursos abstratos, mas através de experiências diretas, sensoriais e afetivas, que envolvam o contato com o ambiente natural e fomentem vínculos profundos de pertencimento e cuidado.

Richard Louv (2016, p. 20), ao abordar o conceito de “transtorno de déficit de natureza”, alerta para os efeitos negativos causados pelo afastamento crescente das crianças dos ambientes naturais, fenômeno que compromete o desenvolvimento emocional, físico e cognitivo. O autor enfatiza que o contato com a natureza não é mero lazer, mas uma necessidade essencial para o bem-estar e a formação integral da criança. Por isso, práticas pedagógicas que promovam momentos ao ar livre, o cultivo de hortas escolares, o cuidado com plantas e animais, além de caminhadas exploratórias, tornam-se estratégias imprescindíveis para reaproximar as crianças do mundo natural, estimulando nelas o respeito e a responsabilidade ambiental.

O educador desempenha papel fundamental neste processo, pois a escuta atenta às manifestações infantis acerca do mundo natural configura-se como ponto de partida para a construção de saberes ambientais. Quando a criança observa um inseto, demonstra curiosidade sobre a chuva ou expressa preocupação com um animal doente, ela revela um interesse genuíno que deve ser acolhido e ampliado. O profissional da educação deve transformar essas manifestações em oportunidades pedagógicas, organizando atividades investigativas, rodas de conversa e registros reflexivos que deem sentido e profundidade às vivências ecológicas, fomentando o protagonismo infantil no cuidado com o planeta.

A literatura infantil é outro recurso valioso para o despertar ecológico. Narrativas que estabelecem conexões entre seres humanos e o meio ambiente estimulam a empatia, alimentam o imaginário e reforçam o compromisso ético com a vida em todas as suas formas. Obras como O Menino do Dedo Verde, de Maurice Druon, e A Árvore Generosa, de Shel Silverstein, são exemplos paradigmáticos de histórias que sensibilizam as crianças, tornando o aprendizado ambiental mais acessível, afetivo e significativo.

Além disso, as práticas ambientais na infância ganham maior eficácia quando partem das culturas infantis e das vivências cotidianas das crianças. O uso criativo de materiais recicláveis, como a sucata para a confecção de brinquedos, o manuseio de elementos naturais — terra, folhas, água — nas brincadeiras e as canções populares que fazem referência ao meio ambiente compõem uma abordagem lúdica e integradora da educação ambiental. Essa dimensão cultural, ao reconhecer e valorizar o universo infantil, potencializa a aprendizagem, tornando-a mais autêntica e conectada ao contexto vivido.

Segundo afirma Rodrigues e Saheb (2015, p. 186),

[...] é necessário que, na Educação Infantil e em todos os outros níveis escolares, haja uma ótica que inclua a Educação Ambiental, pois o ser humano, conhecendo as ciências naturais, integrando-se na natureza e na humanidade e reconhecendo-se como parte da sociedade, inicia a constituição da sua condição humana.

O despertar da consciência ecológica na infância transcende os muros da escola. Trata-se de um compromisso que envolve a família, a comunidade escolar e os espaços públicos, promovendo uma rede colaborativa de cuidados e ações sustentáveis. É nesse cenário ampliado que a criança aprende, desde cedo, a compreender que suas atitudes e escolhas repercutem no coletivo e que ela é parte inseparável do planeta, contribuindo para a construção de uma cultura de respeito e preservação ambiental que se estenderá por toda a vida.

O PAPEL DO EDUCADOR NAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

O educador assume papel fundamental na construção e implementação de práticas sustentáveis na Educação Infantil, ultrapassando a mera transmissão de conteúdos para tornar-se mediador de experiências significativas que promovam o cuidado com a vida e o desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa nas crianças. Essa atuação envolve a criação de ambientes pedagógicos que incentivem a reflexão sobre as relações entre o ser humano e o meio ambiente, estimulando a autonomia e o engajamento ativo dos pequenos em ações que possam transformar seu cotidiano.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil:

A intervenção do professor é necessária para que, na instituição de educação infantil, as crianças possam, em situações de interação social ou sozinhas, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e ideias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos etc. Para isso, o professor deve conhecer e considerar as 23 singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. [...]". (MEC/SEF, 1998, p.30).

Para cumprir esse papel, é imprescindível que o educador desenvolva uma postura sensível e ética diante das questões ambientais, compreendendo que sua prática diária pode ser um espaço privilegiado para fomentar valores e atitudes sustentáveis. Conforme destaca Carvalho (2006, p. 92), a educação ambiental demanda "formação crítica, compromisso ético e abertura ao diálogo com diferentes saberes e culturas", o que requer do profissional uma constante ampliação de seus conhecimentos, revisão de hábitos e adoção de uma atitude investigativa e reflexiva perante o mundo.

A mediação pedagógica do educador também se expressa na organização intencional dos espaços e tempos escolares, que devem favorecer o contato direto e frequente com a natureza, além de práticas como a coleta seletiva, o uso racional da água e da energia e a valorização da biodiversidade local. Estes elementos, incorporados ao cotidiano da escola, são essenciais para que os princípios da sustentabilidade sejam vivenciados concretamente pelas crianças, fortalecendo valores ambientais por meio da experiência e do exemplo.

Outro aspecto central reside na escuta aten-

ta das manifestações infantis e no reconhecimento do potencial das crianças como agentes capazes de influenciar e transformar seu meio. Ao envolver os pequenos em processos decisórios, propor projetos colaborativos e abrir espaço para que expressem seus pensamentos, sentimentos e curiosidades em relação ao ambiente natural, o educador contribui para a construção de uma cidadania ativa desde a primeira infância. Tal prática exige paciência, sensibilidade e respeito às singularidades de cada criança, criando condições para que se sintam protagonistas de suas aprendizagens e das ações ambientais.

Além disso, a busca por formação continuada em temáticas ambientais, a participação em redes de troca de experiências e a incorporação de metodologias inovadoras são imprescindíveis para o aprimoramento da atuação docente. O uso das tecnologias digitais, por exemplo, para registrar processos pedagógicos, produzir vídeos educativos ou realizar pesquisas sobre a natureza, pode ampliar as possibilidades de expressão e aprendizagem das crianças, tornando-as interlocutoras de seus próprios saberes.

Finalmente, o educador configura-se como um agente político e transformador no cenário escolar. Suas escolhas pedagógicas, a maneira como se relaciona com as crianças e com o ambiente, e sua postura ética cotidiana funcionam como referências vivas e inspiradoras de uma educação que almeja a transformação social e ambiental. Por meio desse compromisso, ele contribui para a construção de uma escola que valoriza o bem comum e prepara cidadãos conscientes para os desafios do futuro.

O AMBIENTE COMO ESPAÇO EDUCATIVO E SENSORIAL

A concepção contemporânea da escola como espaço educativo extrapola as paredes da sala de aula, incorporando o ambiente físico como elemento fundamental no processo de aprendizagem. Inspirada nas ideias do educador Loris Malaguzzi, a noção de "terceiro educador" atribui aos espaços escolares um papel ativo, que vai além de mera infraestrutura, tornando-se parceiro essencial no desenvolvimento integral das crianças. Na perspectiva da educação ambiental na Educação Infantil, essa concepção ganha um significado ainda mais profundo, pois o contato direto e sensível com o ambiente natural favorece a construção de vínculos afetivos e cognitivos com o planeta, elemento central para a formação de uma consciência ecológica.

A interação sensorial com a natureza permite às crianças vivenciar o mundo de modo holístico, mobilizando os sentidos do tato, visão, olfato, paladar e audição, numa experiência integrada que estimula a curiosidade, a descoberta e o encantamento. Ao manipular terra, sentir o cheiro das plantas, escutar o canto dos pássaros, observar a textura das folhas ou a cor das flores, a criança ativa múltiplas áreas do seu desenvolvimento, incluindo aspectos motores, perceptivos, emocionais e cognitivos. Estudos indicam que tais experiências são essenciais para o equilíbrio emocional e para a ampliação das capacidades de atenção e memória (Louv, 2016, p. 34). Assim, o ambiente natural não apenas serve de contexto, mas funciona como mediador e facilitador da aprendizagem.

Dentro dessa perspectiva, a horta escolar surge como recurso pedagógico rico e multifacetado. O cultivo coletivo da terra permite às crianças acompanhar o ciclo de vida das plantas, compreender processos biológicos, desenvolver paciência e responsabilidade, além de estimular hábitos alimentares saudáveis e o respeito à natureza. A horta também oferece oportunidade para introduzir práticas sustentáveis, como a compostagem, que revela a importância do reaproveitamento dos resíduos orgânicos e o funcionamento dos ciclos naturais de decomposição e fertilização do solo. Tais experiências favorecem a percepção sistêmica da natureza, mostrando que os processos ambientais são interligados e que o ser humano é parte integrante desse sistema (Carvalho, 2006, p. 95).

Além da horta, a criação de "cantinhos naturais" dentro do espaço escolar amplia as possibilidades de observação, investigação e contemplação. Terrários, aquários, pequenos jardins internos e coleções de elementos naturais coletados durante passeios são espaços onde as crianças podem observar fenômenos naturais com calma e profundi-

dade, registrar suas observações, compartilhar descobertas e construir conhecimentos de maneira colaborativa. Essas práticas fortalecem o protagonismo infantil, promovendo autonomia e respeito pelo outro e pelo ambiente, essenciais para a formação cidadã (BRASIL, 2017, p. 42).

Nos espaços externos, a organização de jardins sensoriais, trilhas ecológicas e áreas destinadas às brincadeiras com materiais naturais amplia as experiências motoras e sociais das crianças. Brincar em contato com a natureza desenvolve a coordenação motora ampla, estimula a criatividade e favorece relações sociais pautadas na cooperação e no respeito à diversidade. O uso de materiais reciclados ou naturais na confecção de brinquedos também reforça a dimensão sustentável das práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que resgata saberes culturais e promove uma educação integrada e contextualizada (Carvalho, 2006, p. 101).

Outro aspecto fundamental é a contextualização dos espaços escolares em diálogo com a cultura e o meio ambiente local. Incorporar plantas nativas, respeitar a diversidade biológica e cultural do território e envolver famílias e comunidades no cuidado e na valorização do ambiente escolar são práticas que consolidam o sentido de pertencimento e responsabilidade. Essa aproximação fortalece uma educação ambiental que é, ao mesmo tempo, global em seus objetivos e local em suas práticas, promovendo um engajamento genuíno e sustentável (BRASIL, 2017, p. 43).

Assim, o ambiente educacional não se limita a uma função decorativa ou utilitária; ele se apresenta como um elemento pedagógico central, capaz de provocar descobertas, acolher experiências sensoriais e afetivas e fomentar aprendizagens significativas. Investir na qualidade desses espaços e na sua interação com a natureza constitui um dos caminhos mais potentes para a consolidação de uma educação ambiental efetiva na Educação Infantil, que forma sujeitos sensíveis, críticos e comprometidos com o cuidado da vida.

POSSIBILIDADES DO CURRÍCULO ECOLÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A construção de um currículo ecológico na Educação Infantil configura-se como um desafio e uma oportunidade para integrar os princípios da educação ambiental aos campos de experiência indicados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta articulação propicia a elaboração de propostas pedagógicas interdisciplinares que consideram os interesses e as necessidades das crianças, estimulando seu protagonismo e promovendo uma relação ética, crítica e criativa com o meio ambiente (BRASIL, 2017, p. 39). Assim, o currículo deixa de ser um conjunto de conteúdos isolados para tornar-se uma trama integrada de aprendizagens contextualizadas e significativas.

Diferentemente de abordagens fragmentadas que limitam a educação ambiental a temas pontuais e episódicos, o currículo ecológico se caracteriza por sua transversalidade, perpassando todas as áreas do conhecimento. A partir de assuntos relacionados à água, ao lixo, à alimentação, aos animais, ao clima e às paisagens locais, o educador pode construir pontes com a linguagem, a matemática, a música, as ciências e as artes, favorecendo uma aprendizagem que dialoga com as experiências cotidianas das crianças e que valoriza a complexidade dos processos naturais e sociais. Essa transversalidade contribui para a formação de uma visão integrada do mundo e para o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI.

A pedagogia de projetos surge como uma metodologia particularmente eficaz para operacionalizar esse currículo ecológico. Projetos como “De onde vem a água?”, “Bichos do nosso quintal”, “Reciclar é brincar” e “Árvores da nossa escola” são exemplos de como temas ambientais podem ser abordados de forma ampla e colaborativa. Esses projetos promovem investigações concretas, possibilitam a participação ativa das crianças, estimulam a curiosidade e a pesquisa, e conectam o aprendizado às vivências reais. A interação com especialistas da comunidade, visitas a espaços naturais e o registro das descobertas ampliam o engajamento e consolidam o protagonismo infantil.

Outro elemento que potencializa a efetividade do currículo ecológico é a documentação pedagógica. Por meio de registros fotográficos, vídeos, desenhos, anotações das falas das crianças e portfólios, a prática docente

torna-se visível e passível de reflexão. Esses documentos funcionam como memória viva da trajetória educativa, permitindo que educadores, famílias e crianças acompanhem, revisem e valorizem os processos de aprendizagem, bem como ajustem as práticas pedagógicas de acordo com os interesses e necessidades que emergem (Carvalho, 2006, p. 104).

O planejamento intencional do educador ocupa papel central na construção desse currículo dinâmico e vivo. Ele deve observar atentamente os interesses e as manifestações das crianças, propor desafios instigantes, organizar tempos e espaços de forma estratégica e favorecer situações que incentivem a investigação, o diálogo e a expressão. Esse processo requer flexibilidade e sensibilidade para que o currículo se modifique e se amplie conforme as experiências e descobertas se desenrolam, respeitando o ritmo e a singularidade de cada criança.

A ampliação do currículo ecológico para além dos muros da escola, envolvendo a comunidade escolar, fortalece e legitima a educação ambiental. A participação das famílias, dos funcionários e de parceiros locais em encontros, mutirões, feiras sustentáveis, hortas comunitárias e caminhadas ecológicas estabelece uma rede de saberes e práticas que enraíza o aprendizado na realidade social e ambiental das crianças. Essa articulação entre escola, família e território é fundamental para garantir que os valores da sustentabilidade sejam vividos, compartilhados e potencializados na vida cotidiana. Assim, o currículo ecológico na Educação Infantil representa um caminho promissor para formar cidadãos conscientes, éticos e comprometidos com a construção de um futuro sustentável, promovendo aprendizagens que ultrapassam o plano teórico e se manifestam em atitudes concretas e transformadoras.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Embora as práticas ambientais na Educação Infantil revelem um potencial transformador inegável, sua implementação enfrenta desafios estruturais e conceituais que exigem reflexão e ação articulada. Um dos principais entraves refere-se à formação dos educadores, que muitas vezes não recebem preparo específico e aprofundado para lidar com a complexidade dos temas ambientais e suas múltiplas interfaces pedagógicas. Essa lacuna gera insegurança na abordagem dos conteúdos e na condução de atividades, podendo resultar em ações superficiais ou esporádicas, sem a consistência necessária para provocar mudanças significativas (CARVALHO, 2006, p. 85). Assim, a capacitação contínua e contextualizada dos professores se apresenta como condição imprescindível para fortalecer a educação ambiental desde a infância.

Além disso, a infraestrutura das instituições educacionais frequentemente limita o desenvolvimento de práticas ambientais efetivas. Muitas creches e pré-escolas carecem de espaços verdes adequados, hortas pedagógicas, áreas externas seguras e ambientes propícios ao contato direto com a natureza. Essa carência física restringe as experiências sensoriais, o brincar livre ao ar livre e a vivência dos ciclos naturais, que são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança e para o cultivo de uma consciência ecológica profunda. Investimentos públicos e privados em ambientes escolares que respeitem e valorizem o meio ambiente são, portanto, medidas urgentes para ampliar o alcance das práticas sustentáveis (BRASIL, 2017, p. 55).

Outro desafio reside nas barreiras culturais que permeiam a valorização da educação ambiental. Em muitos contextos, a sustentabilidade ainda é encarada como um tema complementar, distante das prioridades curriculares ou relegada a momentos pontuais e isolados. Essa percepção dificulta a integração da temática ao cotidiano pedagógico e a construção de uma cultura escolar comprometida com o cuidado do planeta. Romper com essa visão requer processos de sensibilização, articulação institucional e construção coletiva de um projeto pedagógico que reconheça a educação ambiental como eixo transversal essencial para a formação cidadã (CARVALHO, 2006, p. 90).

Contudo, há também perspectivas animadoras que indicam avanços e possibilidades concretas. Redes colaborativas entre escolas, ações integradas com universidades, ONGs ambientais e órgãos públicos têm fo-

mentado espaços de troca, formação e inovação pedagógica, ampliando a qualidade e o alcance das práticas ambientais. A participação das famílias e da comunidade local fortalece esse movimento, promovendo o reconhecimento da escola como agente transformador e espaço de diálogo social em torno da sustentabilidade. Essas articulações potencializam a construção de uma educação ambiental que dialoga com a realidade e respeita as especificidades do território (BRASIL, 2017, p. 58).

(...) a ação das escolas de educação infantil deve impulsionar as crianças tanto no acesso ao patrimônio cultural construído pela humanidade quanto no encontro íntimo com o mundo natural e com seu corpo. Implica colocá-las em contato com a diversidade de campos do conhecimento, incluindo as ciências, a filosofia, as artes e as tradições culturais/espirituais, como componentes de uma grande rede de conhecimentos que se complementam de forma não hierarquizada. (LIMA, 2020, p. 44).

A valorização da infância como um tempo privilegiado de descoberta, criatividade e transformação é outro ponto de esperança e motivação. As crianças, naturalmente curiosas e sensíveis, possuem uma capacidade única de estabelecer conexões emocionais com o mundo que as cerca. Quando inseridas em práticas ambientais significativas, tornam-se protagonistas e multiplicadoras de saberes, influenciando suas famílias e comunidades com atitudes de respeito e cuidado. Essa potência da infância reforça o papel da Educação Infantil como etapa estratégica para a formação de cidadãos comprometidos com o futuro do planeta (LOUV, 2016, p. 60).

Finalmente, educar para a sustentabilidade no presente implica construir uma escola que sonha, planeja e atua em prol do bem comum. Para isso, são necessários o compromisso das políticas públicas com investimentos estruturais e pedagógicos, a valorização do profissional docente como agente ativo da transformação e a construção coletiva de práticas educativas inovadoras, inclusivas e sensíveis. Somente com intencionalidade, criatividade e compromisso será possível formar crianças preparadas não apenas para o amanhã, mas capazes de transformar o hoje, promovendo a vida em sua plenitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de práticas ambientais na Educação Infantil representa uma oportunidade ímpar para ressignificar o papel da escola frente aos desafios socioambientais do século XXI. Ao oferecer experiências que promovem o contato sensível e direto com a natureza, bem como o cultivo do respeito e do cuidado pela vida, a educação ambiental contribui para a formação de indivíduos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade do planeta.

A infância, enquanto etapa de descobertas, sensações e aprendizagens profundas, configura-se como um terreno fértil para o desenvolvimento de valores ecológicos. Ao fomentar a escuta ativa, o diálogo participativo e o protagonismo das crianças em projetos que envolvam a preservação do meio ambiente, a escola fortalece o vínculo afetivo entre a criança e o mundo natural, ampliando seu repertório de ações capazes de promover transformações significativas. Tal processo requer do educador uma postura reflexiva, sensível e inovadora, que permita ir além do ensino tradicional.

Escolas que incorporam a educação ambiental em seu projeto político-pedagógico consolidam-se como espaços democráticos, inclusivos e profundamente conectados com a realidade social e ambiental em que estão inseridas. A articulação com famílias, comunidades e instituições parceiras amplia o impacto dessas ações, formando uma rede solidária de cuidado e responsabilidade compartilhada pelo meio ambiente, essencial para a construção de uma cultura de sustentabilidade.

Educar para o futuro, assim, transcende a mera transmissão de conteúdos ou habilidades técnicas; é, sobretudo, um compromisso ético e existencial com a vida em suas múltiplas formas. É cultivar o encantamento pela natureza, a empatia pelas diversas manifestações da existência e a responsabilidade coletiva pelo bem-estar comum. A educação ambiental na infância, portanto, não é apenas um investimento no amanhã, mas

um ato transformador no presente, uma semente lançada em solo fértil que florescerá em atitudes conscientes e responsáveis nas gerações que virão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 09 jun. 2025.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Izenildes Bernardina de. A criança e a natureza: experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores. Curitiba: Appris. 2020.

LOUV, Richard. A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.

DRUON, Maurice. O menino do dedo verde. São Paulo: José Olympio, 2001.

MEC/SEF. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: v.1 - 3, 1998.

RODRIGUES, D. G.; SAHEB, D. A concepção dos professores e educadores de educação infantil sobre o terceiro saber de Morin: ensinar a condição humana. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 96, n. 242. p. 180-197, jan./abr. 2015. Disponível em: https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1619/1358. Acesso em 16 jun, 2025.

SILVERSTEIN, Shel. A árvore generosa. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

MALAGUZZI, Loris. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.